



Projeto é de autoria do vereador Nelson Hossri (PSD-SP)

Projeto de Hossri prevê ensino de sexo biológico baseado na ciência

O vereador Nelson Hossri (PSD-SP) protocolou na Câmara um projeto de lei que estabelece diretrizes para a abordagem de conteúdos sobre desenvolvimento humano e sexo biológico na rede municipal de ensino. Pelo texto, os conteúdos deverão abordar as categorias masculina e feminina e suas respectivas características biológicas e reprodutivas. Também fica estabelecido que materiais didáticos, paradidáticos e audiovisuais utilizados nas atividades respeitem a faixa etária, a etapa de desenvolvimento dos estudantes e utilizem terminologia científica adequada. A proposta prevê critérios de transparência para as famílias, define parâmetros para a apresentação dos temas em sala de aula e determina que o ensino sobre sexo biológico seja baseado em conhecimentos científicos.

Objetividade

“Quando a aula tratar de sexo biológico, o conteúdo precisa ser objetivo, claro e cientificamente fundamentado. Os alunos precisam receber informações adequadas à sua idade, e as famílias têm o direito de conhecer o que está sendo apresentado dentro da escola”, afirma. A proposta assegura aos pais e responsáveis o acesso às informações sobre os temas trabalhados, os objetivos pedagógicos e os materiais utilizados em sala de aula.

PREFEITURA DE CAMPINAS



Crianças na CEI Professora Thermutis Araújo Machado

Fundamentos

No entanto, o projeto deixa expresso que essa transparência não concede poder de autorização prévia sobre atividades que fazem parte do currículo escolar obrigatório. “Pais e responsáveis não podem ser afastados da formação escolar dos filhos. Transparência não é censura. É permitir que as famílias conheçam e acompanhem o processo educacional”, afirma. O projeto é baseado na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Trâmite

O projeto não cria novas atribuições para servidores, não altera a estrutura administrativa da rede municipal e prevê vigência na data de sua publicação. A proposta seguirá para análise das comissões permanentes da Câmara. O texto também veda qualquer forma de discriminação, constrangimento, intimidação ou violação da dignidade dos estudantes em razão de características pessoais.

PINGA-FOGO

Mulheres na Política

Uma palestra com o tema as “Mulheres na Política” reunirá Célia Leão e Maria Giovana Fortunato na Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE) - Regional Campinas. O encontro será na segunda-feira, 10 de agosto, às 19h30, integrando a série de testemunhos promovida pela entidade. A entrada é gratuita.

Célia Leão

Advogada com MBA pela FGV em economia e gestão em relações governamentais, foi vereadora por Campinas e deputada estadual. Atuou como secretária do estado de SP nas pastas de Direitos da Pessoa com Deficiência (2019-2022) e de Desenvolvimento Social (2023). É secretária de Habitação e Desenvolvimento Social de Valinhos.

Maria Giovana Fortunato

Já Maria Giovana Fortunato é mulher do prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP) e primeira-dama de Campinas. Sanitarista formada pela UFRGS, conta com MBA em gestão em saúde pela FGV. Foi a mulher mais jovem da história de Americana eleita vereadora. Atualmente concilia a atuação pública com o empreendedorismo no setor imobiliário.

Onde

A palestra será realizada no Centro Pastoral Monsenhor Fernando de Godoy Moreira, na Avenida Hermas Braga, número 186, próximo ao Santuário Santa Rita de Cássia, na Nova Campinas. O evento contará com o diretor da ADCE Campinas, Paulo Roberto Toledo Corrêa, e com o reitor do santuário, padre José Trasferetti.

A ADCE

Toledo Corrêa informou que a série de testemunhos de lideranças empresariais e políticas chega a 27 palestrantes. A ADCE é sociedade civil cultural, educativa e sem fins lucrativos fundada no Brasil em 1961, inspirada na UNIAPAC, movimento internacional de empresários cristãos criado em 1927.

Inscrições

O movimento reuniu líderes para aplicar valores cristãos nas empresas e na sociedade, respondendo à crise econômica da Primeira Guerra Mundial. As inscrições para a palestra de Campinas devem ser efetuadas pelo link <https://www.sympla.com.br/evento/adce-mulheres-na-politica/3515159>.



Guardas Municipais em frente ao prédio na manhã de quarta-feira (29)

GMs impedidos de entrar na Secretaria de Segurança

Agentes foram solicitar respostas sobre as demandas da categoria

Por **Raquel Valli**

Guardas Municipais foram impedidos na manhã desta quarta-feira (29) de entrar na Secretaria de Segurança de Campinas, segundo a comissão independente que os representa. Os agentes foram ao prédio solicitar respostas sobre as demandas da categoria. As reivindicações concentram-se hoje no plano de carreira, sobretudo para destravar promoções emperadas, e na integralização do Adicional de Risco de Vida (ARV) ao salário base.

“A Secretaria fechou as portas aqui, não permitindo que ninguém entre. Fechou as portas para os guardas municipais pra gente não poder acessar o interior da Secretaria. E colocaram a Corregedoria na porta, no portão de entrada da Secretaria, para impedir a entrada dos guardas municipais”, afirma um membro da comissão.

O OUTRO LADO

A Prefeitura informa que “as negociações permanecem em andamento com o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Campinas (STMC), entidade que representa os servidores”. Informa ainda que “representantes das bases da

GM também participam das reuniões”.

Ainda de acordo com a nota enviada ao Correio da Manhã, “o grupo não foi recebido, pois a negociação já está em andamento com o sindicato” e que “os serviços não foram prejudicados”.

Por fim, pontua que “a Administração vem promovendo, nos últimos anos, uma série de investimentos voltados ao fortalecimento da Guarda Municipal. Entre as ações estão a contratação de novos guardas, aquisição de armamentos, equipamentos e viaturas, realização de capacitações permanentes e a ampliação do Adicional de Risco de Vida de 25% para 45% sobre o vencimento inicial do nível em que o Guarda está enquadrado”.

RELEMBRE

Os guardas apontam a existência de obstáculos estruturais para ascensão profissional, citando servidores estagnados no mesmo cargo há duas décadas apesar da conclusão de cursos de graduação e capacitação exigidos para avançar na hierarquia. O cenário faz com que as promoções dependam de decisões da Justiça, situação classificada pelos guardas como “loteria” nos tribunais.